

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

n.º 128 - Outubro/Novembro de 1976 - Crs. 1,00

**Democratas face
as possibilidades
e incertezas do
quadro político**
pag. 3

Editorial **CONTRA A DITADURA: UNIDADE DEMOCRÁTICA**

As eleições de 15 de novembro polarizam a vida política do País. A ditadura e seu governo estão cada vez mais embaraçados pelas dificuldades criadas pela política que realizam. Uma política que se choca com os interesses mais profundos das massas populares e da Nação. Uma consulta eleitoral, em tais condições, por maiores que sejam as restrições impostas à oposição, não pode encerrar, obviamente, qualquer esperança para o regime.

Para as forças antiditatoriais, ao contrário, as eleições são um passo importante no fortalecimento da resistência ao regime e para fazer avançar as forças que desejam liquidá-lo. Não se trata aqui de determinar a amplitude desse avanço. O importante é saber que ele se dará, em maior ou menor escala, em função da luta eleitoral. Por isso o momento, ainda que pesado e sufocante para a oposição, não deixa também de ser de esperança. Daí seu empenho no combate.

Fustigada por um declínio histórico visível a todas as luzes, não resta à ditadura outra opção a não ser a de ampliar o arbítrio e o terror em que mergulhou o Brasil desde 1964. O seu programa eleitoral? Ai o temos: repressão às forças antiditatoriais, dos comunistas à Igreja, maior abertura do País aos monopólios imperialistas, exploração desenfreada e acumulação forçada a custo dos trabalhadores das cidades e do campo, obscurantismo cultural e corrupção. Enfim, reação em toda linha — chuva de ouro para os ricos, miséria e fome para os milhões de pobres.

Bafejada pela ascensão da frente antiditatorial, pela convergência dos imensos interesses que se chocam com os diversos aspectos da política do fascismo, toda a oposição, e no selo dela o PCB, participa das eleições com um programa que tem como fulcro a conquista de um regime de amplas liberdades para o povo. Um programa que se irá detalhando, tanto a nível nacional como regional, na medida em que as massas se incorporem à frente antiditatorial e apresentem, por sua iniciativa e criatividade, soluções concretas para as grandes e pequenas questões que hoje atormentam sua existência. Não soluções quaisquer, e sim aquelas que atendam a seus interesses vitais.

A resistência antifascista do povo brasileiro tem sido longa e difícil. O regime ainda tem reservas, consegue contra-atacar e criar obstáculos à ascensão do movimento de massas, que adquiriu novo ímpeto a partir das eleições de 1974. Desde então, a tática de participar nas eleições, sempre defendida pelos comunistas, adquiriu legitimidade irrefutável. Porque elas possibilitam canalizar e polarizar o descontentamento das grandes massas. Sabemos — e nesse sentido são claras as advertências do PCB — que as eleições não serão, nas condições atuais do País, o golpe final contra a ditadura. Mas estamos seguros de que serão uma etapa importante, e mesmo decisiva, na luta para liquidá-la. E é por tal razão que nosso esforço vem sendo orientado no sentido de transformar as eleições municipais numa poderosa demonstração nacional de unidade patriótica e antifascista.



Uma conjuntura crítica, carregada de provocação e incertezas. Um regime sem soluções justas para os imensos problemas políticos e econômicos. De onde tirar a orientação para a resistência democrática? Ter presentes as lições vivas das lutas de massas.

**Terrorismo: o desespero de
um regime que tem o povo
como seu inimigo** pag. 5

**Deficit permanente no
comercio exterior: é a crise
do «milagre»** pag. 8

**Uma «segurança nacional»
contra a Nação e a favor
das multinacionais** pag. 4

**Uma precisão da posição
dos comunistas diante do
acordo nuclear com a RFA**
pag. 2

ABAIXO O AI-5 E O DECRETO-LEI 471!

ENERGIA

Acordo Nuclear com a RFA fere os interesses do povo brasileiro

Antes de tudo, um ponto tem que ficar claro ao se discutir o problema da energia nuclear no Brasil: o referente ao Acordo de Não Proliferação das Armas Nucleares, e a falsa interpretação de que a ditadura brasileira, ao se recusar a assiná-lo, quando de sua aprovação em 1967, assumia uma posição de independência em relação às «superpotências».

Esta interpretação — capaz de confundir bem-intencionados, e bastante utilizada pelos mal-intencionados a serviço do regime — é falsa na medida em que não considera o fundamental: O Acordo é uma vitória das forças democráticas e progressistas de todo o mundo. É uma imposição que o imperialismo, belicista por essência e por necessidade de manter o seu sistema, se viu obrigado a aceitar diante de uma nova correlação de forças no quadro internacional. É uma consequência da correção da política de *detente* aplicada pela União Soviética e os demais países socialistas, dentro da qual se criam condições muito mais favoráveis ao desenvolvimento das forças progressistas de todo o mundo. É, como tal, um fato que a reação mundial se vê obrigada a aceitar por não poder impedir.

Isto dito, voltamos à questão do Acordo Nuclear firmado entre Brasil e RFA, sobre o qual fizemos uma primeira referência no último número da VO.

Repetimos: os comunistas são favoráveis a todo passo dado no sentido de promover um processo tecnológico, desde que ele seja dado com o intuito de beneficiar as condições de vida do povo brasileiro. Como tal, a energia nuclear em si não pode ser menosprezada, na medida em que se limite a fins pacíficos. Tal não é o caso no concernente ao acordo Brasil-RFA.

Que argumentos apresenta a ditadura para justificá-lo?

De saída, a velha tecla da «independência». Afinal, mesmo o mais cruel regime fascista é obrigado a sentir a importância da independência nos anseios do povo brasileiro. Mas recorre demagogicamente ao conceito para dizer uma mentira. A quebra do controle monopolista do imperialismo americano sobre a atividade nuclear brasilei-

A questão da energia nuclear e do acordo com a RFA assumiu no Brasil um aspecto duplo. De um lado, o regime, coerente com seu chovinismo reacionário, tentando mostrá-la como a afirmação de «independência». De outro, baseados nas apreciações técnicas de alguns dos nossos mais expressivos cientistas, o PCB e os setores democratas do País, que denunciam a medida como parte de uma estratégia geral voltada para o expansionismo e para a violência.

ra significa, em verdade, uma vitória do imperialismo alemão na concorrência inter-imperialista. Concorrência que revela divergências, mas não contradições antagônicas.

Segundo um artigo do professor Leite Lopes, publicado no Boletim França-Brasil em outubro de 1975, «os dirigentes atuais dos organismos de energia atômica no Brasil, que na maior parte aderem às diretivas inspiradas pelos Estados Unidos, dificilmente poderiam incitar o governo brasileiro a assinar um acordo com a Alemanha que não fosse aceito pelo Governo dos Estados Unidos».

Os outros argumentos são também bastante discutíveis. Diz a ditadura: «a energia elétrica de origem nuclear é necessária porque, se o ritmo de desenvolvimento se mantém em torno de 10% de crescimento anual, a demanda energética deverá crescer proporcionalmente. Assim, a capacidade elétrica que deverá ser instalada na próxima década na região Sudeste, que é o centro econômico do País, deverá alcançar, segundo a Eletrobrás, cerca de 30.000 MW, o que ultrapassaria o potencial hidroelétrico disponível na região nas condições de exploração econômica».

Ora, esses argumentos são, no mínimo, farrucos. Mas são em essência um retrato da coerência desse regime com a sua política de discriminação regional, e de concentração da riqueza produzida pelo povo brasileiro nas mãos de uma minoria ligada aos grandes monopólios.

A primeira hipótese, com respeito ao crescimento econômico na ordem dos 10% anuais é contestada pelos próprios fatos e estatísticas oficiais. A ditadura reconhece que nossa economia atravessa período de recessão e essa taxa é inviável se pensarmos que em 1975 não alcançamos mais que 4%.

A segunda hipótese deve ser descartada antes mesmo de qualquer discussão. Como se pode imaginar o desenvolvimento do país nos termos da concentração na sua região sudeste a não ser nos quadros de um regime de opressão? Quer dizer então que é a própria ditadura quem confessa a mentira dos projetos de «integração

nacional»? Qual o destino do povo do nordeste? E o que se pretende da Amazonia?

A terceira hipótese, concernente ao potencial hidro-elétrico e às condições de «exploração econômica», tem um caráter relativo na medida em que é necessário comparar o custo do Kwh de origem hidráulica e o de origem nuclear, tendo em conta o processo que o Brasil utilizará na produção do combustível para o reator: o do enriquecimento do urânio.

Vale aqui uma menção ao artigo do professor Marcelo Damy, publicado no jornal Opinião, em julho de 1975, onde se ressalta que «para a assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha, nenhum cientista foi consultado ou escutado».

Explica o professor Damy que em «um país onde não há grandes depósitos de urânio, mas que é rico em thorium, havia que fazer um pouco mais de caso da realidade». Ou ainda, mais adiante: «O processo canadense de água pesada apresenta vantagens sobre o de urânio enriquecido, porque permite a produção de energia mais barata ao mesmo tempo em que simplifica consideravelmente o sistema de produção dos elementos combustíveis».

Qual a verdadeira intenção da ditadura?

Perdoem-nos citar novamente o artigo do professor Damy, mas é que os comunistas não opinam sobre tecnologia brasileira sem considerar os cientistas brasileiros: «Os reatores a urânio enriquecido a água leve foram aperfeiçoados e estão sendo produzidos por países que são dotados de usinas de separação do urânio com *intenções belicistas*».

Aí está o X do problema. O Acordo Nuclear Brasil-RFA é feito com um olho no desprezo ao Acordo de Não Proliferação das Armas Nucleares.

Esse acordo ofende tais conceitos. Ele é feito no interesse dos monopólios e, o que é mais grave, da orientação expansionista e belicista do regime fascista brasileiro, cuja tarefa de gendarme do continente seria bem facilitada pela posse da bomba atômica. É contra esse perigo mortal que nos manifestamos.

Vale a pena, para encerrar, tomar alguns pontos do Manifesto dos Físicos Brasileiros aprovado por aclamação na última reunião da SBPC.

«... 3) É necessário que o problema energético brasileiro seja analisado globalmente e que o desenvolvimento de reatores de potência se faça paralelamente à pesquisa de outras formas de energia; em particular, exprimimos nossas reservas sobre o fato que em um País onde existem 100.000 MW de origem hidráulica seja necessário recorrer no imediato a uma solução nuclear dessa importância.

4) A SBF reafirma sua oposição à utilização de tecnologia nuclear para fins militares...»

A PETROBRAS TEM QUE SER NOSSA!

NACÃO

Os democratas face às possibilidades e incertezas do quadro político

Os conflitos que desgastam o regime passaram da penumbra para as páginas da imprensa, onde se mostram hoje com o pudor forçado que os mecanismos do terror e da censura engendraram. E isto aconteceu em pouco tempo, se tomarmos como referencial as eleições de novembro de 1974.

Dois razões comandam a intensificação desses conflitos: a proximidade do pleito municipal e a difícil situação econômica do País. O processo eleitoral acentua a luta entre ditadura e oposição e determina, tanto no campo do regime como no da democracia, marchas e contra-marchas que, de um modo geral, revelam a tendência histórica de declínio do regime e de ascensão da oposição. O fato é que as crises no campo ditatorial, quase imperceptíveis nos anos de apogeu do regime, são hoje facilmente detectáveis.

As dificuldades econômicas e financeiras agravam em grande escala o mal-estar das massas trabalhadoras e acentuam ainda mais as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, a política antinacional em curso aponta sistematicamente para as medidas que interessam ao imperialismo — Inimigo da Nação, comprometido até a medula com os capitais estrangeiros, o Poder põe em marcha o leilão irrestrito da economia brasileira. Tudo isto alarga a faixa da oposição antifascista e cria para a ditadura situações extremamente complexas, cuja solução encerra para ela grandes perigos políticos.

DUAS PROPOSTAS

A situação crítica se expressa de duas maneiras: aumento da oposição, ampliação da resistência ao regime, tendência à convergência e unidade das forças antiditatoriais; crescimento das divergências no sistema de forças do regime e do governo.

No lado das forças do regime, distinguem-se duas linhas principais para abordar e resolver as dificuldades imediatas. Há os que tentam, a todo custo, recupe-

O período eleitoral e as dificuldades econômicas trazem à tona os conflitos e dificuldades da ditadura. Entre a radicalização extremista e uma conciliação que amplie a vigência do «sistema» se alinha o espectro das forças do Poder. O regime entrou em declínio histórico mas ainda é forte. Sua própria vulnerabilidade é perigosa. Para os democratas, trata-se de repelir tanto a provocação como as manobras. Só num regime de liberdade poderão se unir as forças capazes de resolver os problemas do desenvolvimento brasileiro.

rar alguns espaços perdidos pela ditadura e conquistados pelas forças da oposição democrática. Trata-se dum grupo — basicamente militar — que reúne o escalão do poder responsável pela repressão e as forças mais interessadas em sua ação.

Outros, mais relacionados com o escalão político e tecnocrático, e entre os quais se contam civis e alguns militares, continuam cifrando suas esperanças numa ampliação da base política do governo, buscando atrair mais firmemente para os limites do regime segmentos que, embora abordando a questão da democracia de modo falso, estéril ou restrito, não se identificam de todo, ideologicamente, com ele. Buscam, portanto, uma conciliação. Mas uma conciliação para ampliar a vigência do regime, que sirva para eliminar algumas de suas mais gritantes fraquezas. Uma conciliação que isolaria os elementos mais combativos da oposição e procuraria atrair para o apoio ao governo os vacilantes, tentando ainda pôr um freio nos desmandos dos ultras do fascismo.

Entre estas duas linhas mestras existem outras, intermediárias, não inteiramente definidas, compostas por forças oscilantes. Num conjunto em que o movimento de massas realiza ações intermitentes, que não se articulam no tempo e no espaço através do fio condutor da organização, e que se dão a níveis ainda baixos, as manobras da ditadura, sejam as de intimidação e provocação — mais fluentes, dada a natureza do regime —, sejam as de envolvimento — mais complexas e duvidosas —, podem, num quadro de intimidação, confundir, paralisar, desunir. Enquanto uns são tentados a adormecer sua atividade contra o regime, outros, ao contrário, compreendendo melhor o quadro histórico de declínio da ditadura, atiram suas ações, mostram-se mais combativos.

VULNERÁVEL E PERIGOSO

O regime tornou-se, assim, mais vulnerável e, por isso mesmo, mais perigoso. Na verdade — e este é um dado absolutamen-

te negativo da situação —, o ritmo de deterioração da ditadura é atualmente mais rápido do que o de congregação da oposição.

O conjunto das forças da democracia deve estar atento a tudo isto, tendo sempre presente a relação de forças. Ou seja, considerar a força da ditadura, apesar de seu já visível declínio, mas considerar, igualmente, o pouco amadurecimento da oposição, suas brechas e insuficiências.

A partir daí, trata-se de procurar os meios de estimular e conduzir um esforço prolongado, ações convergentes de resistência, cada vez mais amplas, conquanto ainda de resistência. Cabe às forças antiditatoriais manter uma linha de equilíbrio, dificultando ao máximo, sem lhes fornecer pretexto, as ações de desestabilização que procuram apontar a oposição como anárquica, como criadora do caos e indiferente aos cruciais problemas nacionais, interessada apenas em que a situação econômica e social piore a fim de provocar a queda do regime.

PELAS LIBERDADES

A ação dos democratas — e em primeiro lugar de nosso Partido — deve ser a de mostrar que só a conquista dum regime de liberdade permite unir forças capazes de enfrentar e resolver os difíceis problemas do desenvolvimento brasileiro.

Mas essa posição equilibrada, lúcida, que corresponde profundamente aos interesses do povo e da Nação, não pode servir jamais de justificativa para que se admita, à margem da participação popular e democrática, qualquer acordo com aqueles que, aprisionados nos marcos da «distensão», vêm suas posições ameaçadas pelos ultras do fascismo.

Para barrar e desmontar a escalada de provocações não há, portanto, outra posição a não ser a de aferrar-se à luta contra a desordem, a anarquia fascista, o caos provocado ou estimulado pela ditadura, e em primeiro lugar por sua ala extremista. Aferrar-se, conseqüentemente, às posições que estimulem e alarguem a ação e a resistência das massas.

O combate pelas reivindicações mais sentidas e unitárias, a defesa do ensino e da cultura contra o obscurantismo do regime, a participação ativa no processo eleitoral, nas eleições e na luta pelo respeito aos seus resultados são algumas das ações que despertam as massas, o enorme conjunto dos setores da sociedade brasileira em contraditório com o Poder atual, e levam-nos a identificar o regime fascista como o responsável n.º 1 por suas dificuldades, a sentir e compreender a necessidade de liquidá-lo politicamente.

J. Diniz

SEGURANÇA

Segurança nacional ou «multinacional»?

Para os comunistas, Segurança Nacional é algo concernente à Nação como um todo. E pensada para velar por nossas riquezas contra a ação de espoliadores estrangeiros. Para o regime atual ela é justamente o contrário: uma doutrina que faz do próprio povo o inimigo a combater.

Desde que o regime oriundo do golpe de 1964 se instalou no País, a questão da doutrina de Segurança Nacional ganhou uma dimensão e uma atualidade absolutamente novas. Ela invadiu todos os setores da vida nacional submetendo a seus princípios as instituições, os partidos políticos, os meios de comunicação, os estabelecimentos de ensino e, talvez o que seja mais importante, a massa de cidadãos que formam o povo brasileiro.

Mas a despeito da área de interessados que abarca, o regime empresta à matéria um caráter altamente complexo, sigiloso mesmo, pois até hoje não se dignou sequer a explicar à Nação o que entende por Segurança Nacional. A tal assunto só uns poucos iniciados têm acesso, e de preferência militares. Entre os civis, somente uns poucos privilegiados, membros da direção dos monopólios que dominam nossa economia, ou representantes dos setores políticos, desde que intimamente afinados com os postulados da ditadura.

Quanto ao povo brasileiro, é curioso observar que, apesar de ter sofrido na carne as consequências nefastas dos atuais princípios de Segurança Nacional, a ele não é dado o direito de debater o assunto que lhe concerne diretamente. As formações políticas não se referem também ao tema por estarem proibidas de fazê-lo.

PONTOS NOS IS

Coloquemos as coisas nos seus devidos lugares. A Segurança Nacional não é algo que afete única e exclusivamente os interesses do regime vigente. Ao contrário, ela afeta primordialmente a Nação como um todo, pois é em nome de seus princípios que o poder é exercido. Por que, então, a restrição do debate?

Deixemos de lado a discussão das características mais gerais do regime e tentemos fixar os aspectos particularmente re-

ferentes ao tema assim como a forma pela qual o regime o encara.

Para tal, partamos do princípio de que o conceito de Segurança Nacional foi brutalmente distorcido a partir de 1964. E esta distorção justificou alguns dos piores crimes que uma ditadura se permita cometer. Chegamos ao quadro peculiar de aplicar Segurança Nacional não em defesa dos interesses do povo, mas essencialmente contra o conjunto da Nação, através das conhecidas teorias do inimigo interior.

Deste ponto de vista, Segurança Nacional passou a consistir numa série de normas e preceitos que visam, fundamentalmente, a defender um regime anti-nacional e anti-popular. E a ver no próprio povo o principal inimigo enquanto não aceite as leis repressivas que lhe impõe esse regime.

Em nome da Segurança Nacional, mandatos de parlamentares foram cassados por motivos puramente políticos. Estabeleceu-se a intervenção dos Sindicatos e a censura aos meios de comunicação. O *habeas-corpus* foi extinto, e os partidos políticos postos à margem da vida nacional. Em nome da Segurança Nacional, o sequestro, a tortura e o assassinato de democratas patriotas foram instituídos como método corrente de governo, assim como se montou um dos mais gigantescos aparelhos de repressão policial-militar que se tem notícias em nossos dias.

O equívoco originário de tal realidade está em que a ditadura tenta apresentar uma legislação de arbitrio e de terror, cujo objetivo central é o de perpetuar um regime que defende os interesses de uma minoria opressora, como sendo uma política de Segurança Nacional. O que reflete, ao mesmo tempo, a profunda incapacidade desse regime de conviver com todos aqueles setores da sociedade — e que hoje ninguém mais nega constituem a imensa maioria do País — que não aceitam tal política.

Do ponto de vista econômico, o quadro é chocante. Como se pode falar em Segurança Nacional e ao mesmo tempo executar uma política sistemática de alienação de nossas riquezas, além de nos subordinar aos interesses dos monopólios estrangeiros? E, ao mesmo tempo, colocar na prática uma concentração de renda a níveis insuportáveis para a maior parte do nosso povo, agravando fortemente o des-nível entre as diversas regiões?

Tornou-se o País extremamente vulnerável às pressões da comunidade financeira internacional através do montante da dívida externa, e cujo preço já começou a ser pago no momento em que a ditadura decidiu pelo fim do monopólio estatal do petróleo. A tecnologia tornou-se completamente dependente. Onde está a Segurança Nacional?

No quadro da política exterior, ao contrário do que dizem os arautos do governo, nossa situação não é de fortalecimento no

conjunto das nações. Particularmente na América Latina, onde nossa ação de gerdarismo não favorece o quadro de segurança para o nosso povo.

Onde está a Segurança Nacional na política educacional e sanitária da ditadura? Os índices de mortalidade infantil, os surtos epidêmicos que assolam periodicamente até os grandes centros urbanos, as deficiências gritantes na rede escolar, tudo leva a concluir que, se Segurança Nacional coincide com o aprimoramento físico e intelectual de um povo, estamos longe de tal realidade.

Os problemas relativos à missão das Forças Armadas constituem um outro capítulo fundamental que merece ser tratado à parte. Mas, em termos gerais, aquilo que foi dito e é válido para o binômio regime-Nação, é igualmente aplicável para Forças Armadas-Nação. Num país em que a dissociação entre o povo e as Forças Armadas (caso atual do Brasil) é marcante, certamente as coisas vão mal em matéria de segurança.

Tal situação só pode mudar na medida em que o povo veja nos militares os defensores da soberania nacional e da ordem constitucional justa que só pode ser construída a partir do consenso popular. E não os seus repressores.

Os comunistas não confundem Forças Armadas com o aparelho militar da ditadura constituído pelo sistema de comandos apontados pelo governo e festejados pelos monopólios. A Segurança Nacional não tem sido nada mais, até agora, do que concernente a tal aparelho.

Uma correta política neste terreno não é possível sem a participação plena e consciente das Forças Armadas, o que pressupõe uma mudança radical nos seus objetivos, métodos e procedimentos. O que só pode ser alcançado em um regime verdadeiramente democrático.

P. Gonçalves

IMPORTANTE

O conhecimento amplo das posições dos comunistas é fundamental para a luta coerente pela democracia no Brasil

LEIA V.O. E PASSE PARA A FRENTE

FIM AO DOMINIO DAS MULTINACIONAIS!

Uma lição na RFA

TERRORISMO

Os atentados fascistas são armas do desespero. Lucidez e ação de massas, via justa dos democratas

A onda de terror fascista desencadeada em todo o Brasil pela repressão, sob a égide duma pretensa Aliança Anticomunista Brasileira, não começou com o boato falso da morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em 7 de agosto último.

Ele começou em abril de 1974, quando o PCB teve seu primeiro grupo de dirigentes nacionais assassinado.

A intensificação e a ampliação da resistência de massas ao regime tomavam impulso a olhos vistos e o País já estava a caminho das eleições parlamentares de novembro de 74. Os fascistas congregados em torno àquilo que se poderia chamar de Sistema Terrorista Repressivo — STR — farejaram então, não sem algum desespero, a tendência que iria se cristalizar no pronunciamento eleitoral das massas.

O STR efetuava um mergulho na clandestinidade e, não por coincidência, era lançado o bafo de ensaio da hoje famosa AAB, mediante o envio de cartas contendo ameaças a advogados paulistas e cariocas atuantes na Justiça Militar.

O sangrento processo de ampliação do STR em AAB passou pela tentativa de destruição da força cuja política abre caminho à convergência das lutas antifascistas, o Partido da classe operária. Centenas de militantes e dirigentes do PCB foram sequestrados e torturados, com assassinatos às dezenas, entre dezembro de 1974 e agosto de 1976, quando se configurou a bifurcação dos métodos terroristas da repressão. Mas o PCB não foi destruído nem muito menos isolado. E não por acaso.

Em suas linhas mestras, o processo atual revela os contornos de três grandes fenômenos. Em primeiro lugar, trata-se, para o fascismo, de contra-arrestar a reanimação do movimento de massas, calcada no profundo e difuso sentimento antiditatorial. O terror empregado sob todas as formas para intimidar as massas, a opinião pública, as forças e personalidades políticas; para dividir, deter, destruir. E para tentar resolver contradições estimuladas dentro do regime pelo aguçamento da

Da caça aos comunistas, sob o manto protetor do aparato de repressão, às trilhas do terror clandestino, a provocação fascista busca seus caminhos. Os dias do apogeu triunfalista começam a distanciar-se. Imprensa, advogados, juizes militares, políticos, intelectuais, estudantes, tecnocratas: não se economizam ameaças. Sobretudo à Igreja Católica (incidente sem contexto, o assassinato do padre João Bumier?). Eles têm medo das massas, da resistência democrática: aguda sensibilidade reacionária. Contra a História.

contradição mais geral entre povo e ditadura.

Em segundo lugar, a impunidade sob a qual age o «núcleo duro» do fascismo, através do STR/AAB, diz da força que ainda conserva a ditadura antidemocrática, antipopular e antinacional.

Finalmente, a procura dos caminhos mais clandestinos diz das dificuldades estruturais encontradas pelo regime para submeter a opinião pública, as forças vivas da Nação, o povo. E' nas dobras deste último fenômeno que começam a luzir os grandes clarões da nossa História. Pois ele significa que, em certas dimensões decisivas da geografia política brasileira, o fascismo perde terreno. Mas, atenção: o risco imediato está no fato de que a luta do fascismo pela conservação de seu espaço político o impele a arrebatar ao povo brasileiro espaços por este já conquistados, ou que haviam sido mantidos desde 1964.

A já extensa sequência de atentados terroristas inaugurada em 19 de agosto último com a bomba que destruiu parcialmente a sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, procurou atingir, com impressionante coerência, os setores virtualmente integrantes da frente antifascista cuja ação se reproduz mais facilmente junto à opinião pública. Sem poupar outros setores, fora da frente mas divergentes do «núcleo duro».

Como um bumerangue cientificamente dirigido, ela partiu do próprio seio do regime — com a agitação feita pelo Deputado José Bonifácio após as denúncias sobre a «mordomia» —, descreveu o arco das instituições da sociedade civil e retornou, com o atentado à sede da Fundação Getúlio Vargas, no início de outubro, ao aparelho estatal.

A enumeração, aqui, não é fastidiosa, mas esclarecedora: Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil, Justiça Militar (Auditoria Militar no RS), recado a Paulo Egydio («brincadeira») com bombas no Shopping Center Iguatemi, onde

se encontrava seu filho). Após as manifestações com que as massas do Rio e Brasília responderam à morte de Juscelino Kubitschek, chega a vez do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP —, em São Paulo, onde a Assembléia Legislativa, de ampla maioria emedebista, já fora atingida com denúncias de corrupção.

A provocação, tendo como referencial imutável o PCB, ou simplesmente «os comunistas», chega à Igreja Católica. Dom Adriano Hypolito, bispo da dramática paróquia de Nova Iguaçu, RJ, é sequestrado, espancado, ameaçado e humilhado. Seu carro é explodido diante da sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB —, no Rio, enquanto uma bomba atinge a casa de Roberto Marinho, proprietário do jornal O Globo e da Rede Globo de Rádio e Televisão. O semanário Pasquim é recolhido nas bancas, um estudante é espancado em Minas.

Retenhamos escrupulosamente o dedo da proximidade de momentos eleitorais (74, 76): pois se o processo do terror está em evolução desde 1964, seus móveis imediatos vinculam-se à perspectiva de interferência direta ou indireta das grandes massas na vida política. A provocação e as bombas são usadas para usurpar às massas e à resistência democrática a menor participação nos processos decisórios e, ao mesmo tempo, para ostentar uma posição de força quando chegar a hora das negociações entre os detentores do poder.

A resposta da resistência democrática, face a um regime que já não consegue atacar em bloco mas ainda não está na defensiva, só pode ser a persistência na construção daquilo que mais lhe falta: a organização do movimento de massas. Não aceitar a provocação significa centrar as ações nos processos de participação das mais amplas massas, como são as eleições municipais, as lutas reivindicatórias, os movimentos de protesto. E' isto que vai quebrar os dentes do terror fascista.

SO O POVO UNIDO JAMAIS SERA VENCIDO!

INTERNACIONAL

A estratégia do imperialismo para calar resistência libanesa e OLP

Com os trágicos acontecimentos do Líbano, uma conspiração imperialista, anteriormente camuflada, vem se mostrar à luz do dia. Todas as contradições, as lutas do movimento árabe de libertação contra o imperialismo, a agressão de Israel e a reação árabe se condensam hoje em um ponto explosivo: o Líbano.

Nos últimos anos, apoiando-se na reação árabe, e baseando-se também na ascensão das alas direitistas em vários países da região, antes dirigidas por uma «democracia revolucionária», o imperialismo, sobretudo o imperialismo norte-americano, começa uma ofensiva contra os povos árabes e suas conquistas progressistas e democráticas. Seu objetivo é restabelecer as posições perdidas, dividir os árabes, jogá-los uns contra os outros, e afastá-los de seus amigos fiéis e desinteressados: a União Soviética, os outros países socialistas e as forças progressistas de todo o mundo.

Neste plano imperialista, a solução do conflito árabe-israelense, em favor da política dos «pequenos passos» e das soluções parciais do dr. Kissinger, ocupa um lugar muito importante. Ela constitui um ponto-chave na conspiração imperialista sustentada por Israel e as forças árabes reacionárias contra os povos árabes em geral, e o povo palestino em particular.

Digamos que a guerra civil do Líbano é a «chance» do Oriente Médio. Isto é verdade. Os aspectos específicos e estritamente libaneses dos acontecimentos sangrentos em nosso País não devem esconder essa realidade. E o povo palestino, no total, as forças patrióticas libanesas e todas as forças progressistas árabes que são vitadas pelo *complot* do imperialismo. E a liquidação da oposição que está na base da guerra civil libanesa.

Preparados e ajudados pelos círculos imperialistas, as forças ultra-reacionárias libanesas utilizam meios criminosos para a realização desse plano. Essas forças, que iniciaram a guerra sangrenta, carregam a responsabilidade total de suas consequên-

O problema do Oriente-Médio se inscreve entre os mais importantes da política internacional atual. E nele, como aspecto particular de nossos dias, a guerra civil no Líbano. Os comunistas brasileiros, que da primeira hora externaram a sua mais sentida solidariedade aos progressistas libaneses e à OLP, abrem suas páginas a um membro responsável do PCL para que ele esclareça sobre os interesses permanentes do imperialismo na região. E a violência que utiliza.

dias trágicas diante de nosso povo, da humanidade, da história.

SEM SUCESSO

Sobre os planos militar e político, as forças reacionárias não haviam chegado a nenhum sucesso. Ao contrário, as forças patrióticas libanesas arrancaram a iniciativa das mãos dos ultras e, um ano mais tarde, o campo dos reacionários foi ameaçado por um desmoronamento político depois dos fracassos sucessivos no nível militar.

E' nesse momento, quando as forças patrióticas estabeleciam a paz no nosso País, que o governo sírio decidiu intervir militarmente no Líbano. As tropas sírias ocuparam grandes áreas do território libanês, antes controladas pelas forças progressistas, e ajudaram os reacionários a se reorganizarem e a desenvolverem novamente os atos mais criminosos. Isso veio a tornar a divisão territorial do Líbano uma possibilidade real, e dar um novo alento à conspiração imperialista.

E' face a tal realidade que a retirada das tropas sírias se transformou numa necessidade impositiva, segundo nossa opinião e a opinião das forças progressistas de todo o mundo.

As forças patrióticas libanesas e a resistência palestina sempre estiveram e continuam favoráveis a uma solução política da crise libanesa. Essa solução deve ser baseada em um cessar-fogo que abraça todas as frentes do País, na retirada das forças sírias de ocupação, no respeito aos direitos inalienáveis do povo palestino, e na defesa da resistência palestina dirigida pela OLP.

Uma tal solução poderá ser estabelecida por uma discussão entre libaneses, sem nenhuma intervenção exterior, e tendo em grande consideração o respeito à unidade, à soberania e à integridade territorial de nosso País.

Abouchakra S.
Membro do Partido Comunista Libanês

Uma lição na RFA

Por que o Partido Social-Democrata da República Federal da Alemanha perdeu importante porcentagem de votos nas eleições recentemente realizadas naquele país? Por que a direita democrata-cristã se fortaleceu?

A maioria dos jornais ocidentais tentou explicar esse resultado eleitoral como a expressão de uma adesão do eleitorado jovem às posições conservadoras. No Le Monde se publicou um artigo segundo o qual em 1968 teria havido um choque entre estudantes rebeldes cabeludos e professores universitários de cabelo curto ao passo que agora estaria ocorrendo um conflito entre estudantes de cabelos curtos e professores «avançados» (social-democratas?) cabeludos.

A imagem é mais pitoresca que verdadeira. E, mesmo que ela fosse justa, se limitaria a uma constatação, não explicaria nada. As pessoas continuariam sem saber por que os jovens teriam se tomado conservadores.

O que há de verdade nessa generalização abusiva (ra juventude alemã-ocidental se tornou conservadora) é o fato de que foi na área do eleitorado jovem que a perspectiva da socialdemocracia mostrou suas mais graves deficiências. Preocupada em fazer uma política conservadora para esvaziar as críticas que a oposição conservadora porventura pudesse lhe fazer, a social-democracia afinal se descaracterizou, deixou de ter uma mensagem própria e surgiu como «um mero bando de oportunistas» aos olhos de amplos setores da população (entre os quais setores do eleitorado jovem).

Fazendo uma política objetivamente de direita essa organização pretensamente de «centro-esquerda» preparou terreno para as organizações tradicionais da direita.

Entre a falta de definição («defensiva») dos social-democratas (posando de conservadores) e a sinceridade agressiva dos conservadores democrata-cristãos, apoiados por grupos maioistas, que teorizavam em termos pseudomarxistas as vantagens da maior «autenticidade burguesa» destes, quanto comparados à «perfidia» dos «reformistas», a juventude universitária, cuja origem de classe é burguesa e pequeno-burguesa, em geral, hesitou, se dividiu. E em boa parte, votou pela democracia-cristã.

Os perigos do fascínio social-democrata na América Latina. E no Brasil

Num continente onde as ditaduras fascistas e reacionárias fazem a tônica da imagem, uma conferência reunindo os líderes máximos da social-democracia internacional pode apresentar atrativos não desprezíveis. Afinal, a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas constitui um dos pontos-chave das plataformas políticas unitárias propostas pelos comunistas de diversos países.

Isto não permite, no entanto, esquecer um outro aspecto dessa luta contra os regimes de terror e opressão: o que emana da compreensão de que tais regimes existem com o apoio do imperialismo, o norte-americano em particular, com o fim específico de permitir uma super-exploração da mão-de-obra desses países, assim como o saque das riquezas naturais neles existentes. Tudo no benefício único dos grandes monopólios multinacionais e das oligarquias locais.

E' nesse ponto que a conferência realizada em Caracas, em maio deste ano, merece ressaltar naquilo que concerne aos interesses do povo brasileiro. Antes de tudo, para tentar responder a questão: por que agora e não antes, quando um papel importante poderia ter sido jogado na defesa de regimes que empenhavam em afirmar sua independência nacional e a liberdade para o seu povo, como foi o caso do Chile de Allende, da Bolívia de Torres, por exemplo?

A resposta não pode ser ocultada. A linha determinante da social-democracia, hoje representada em Willy Brandt, e que encontra forte sustentação em Bruno Kreisky, primeiro-ministro da Áustria, Joergensen, primeiro-ministro dinamarquês, Mario Soares, secretário-geral do PS português e primeiro-ministro do governo, todos pre-

A expressão «perigo do fascínio» tem sua razão de ser. Os comunistas entendem que não são a única voz de oposição ao regime fascista. Mas lembram que, por uma justa ansia de liberdade, aceitar as saídas de conciliação pode constituir, para os setores democráticos mais de vanguarda, uma forma de serem os instrumentos, com roupa nova, da manutenção de nossa dependência.

sentes em Caracas, não tem nenhuma contradição com a ação dos grandes monopólios multinacionais.

Ao contrário, tanto no quadro interno quanto no da política exterior, revela-se uma excelente solução para a gestão dos seus interesses.

Essa reunião, então, se inscreveria em uma estratégia cujos exemplos anteriores podem ser encontrados na desmoralizada Aliança para o Progresso, e que atualmente se delineiam na política dos pequenos-passos que Kissinger emprega no Oriente-Médio e, mais recentemente, na África Austral. O objetivo não é menos claro: os regimes de força, longe de representarem medidas ofensivas, são de fato recursos extremos a que recorrem o imperialismo e a burguesia a ele ligada nos planos nacionais diante da ascensão do movimento democrático e progressista nos distintos países.

E o imperialismo — são as próprias palavras do candidato Carter que confirmam — tem consciência, através de seus representantes mais políticos, do caráter passageiro desses regimes. Quem seriam, então, os herdeiros?

AMIGO OCULTO

E' nesse contexto que entra a conferência da social-democracia em Caracas. A mesma social-democracia que nunca teve problemas em fazer bons negócios com esses regimes de força, além de limitar suas condenações ao mínimo exigido pela pressão de suas bases. Não é demais lembrar que, entre 1968 e 1975, as trocas comerciais da RFA com a América Latina passaram de 3117 milhões a 6314 milhões de

marcos. E nessas cifras não estão ainda computados os gigantescos lucros provenientes do «maior negócio do pós-guerra», como o intitulam os principais jornais europeus: a venda das centrais nucleares à ditadura brasileira.

Não é demais lembrar também o discurso de Brandt na conferência, quando dizia muito claramente: «Os Estados Unidos asseguram o equilíbrio político mundial. A colaboração com eles é necessária. Naturalmente há diferença de interesses; nesse sentido seria melhor falar de uma colaboração crítica, mas ao mesmo tempo leal».

As palavras exprimem tudo. A chamada «terceira via» proposta pela social-democracia em seu encontro nada mais é do que a confirmação da dependência que os povos da América Latina devem mostrar em relação aos ditames dos Estados Unidos. Só que, agora, vestindo uma roupa diferente, mais esportiva.

O passado já mostrou bem que tal via tem uma razão de ser: afastar esses povos dos seus aliados naturais que são os países socialistas, os movimentos de libertação nacional e as forças democráticas e progressistas dos países capitalistas desenvolvidos.

CONCLUSÃO RÁPIDA

Para os comunistas, uma questão não pode deixar dúvidas: o renascimento de um partido socialista, nos quadros de uma abertura democrática, ou mesmo antes, não encontrará em nós um opositor. O importante é que tal partido não se vincule à corrente conciliadora com o imperialismo que hoje domina a social-democracia europeia. Nossa concepção pluralista nos faz considerar natural a existência de espaços de luta distintos do PC para as forças patrióticas e democráticas no Brasil.

E nosso raciocínio tem razão de ser. O êxito da luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas é o passo mais importante que as forças antifascistas podem dar no momento atual. Mas, no interesse mesmo da grande maioria do nosso povo — classe operária, camponeses, assalariados em geral, pequenas e médias empresas — esse êxito não pode se desvincular da luta pela defesa da nossa emancipação econômica.

Ou não será um êxito definitivo.

SOLIDARIEDADE

Uma delegação do Partido Comunista Francês, composta pelo Senador Serge Bouchery e pelo camarada George Fournial, da Seção de Política Exterior do PCF, entregou à Embaixada do Brasil, em Paris, um memorial assinado por mais de quatro mil democratas franceses. Nesse memorial, se firma uma posição de repúdio ao fascismo brasileiro além de uma fraternal manifestação de solidariedade aos que lutam contra o regime.

Essas assinaturas foram recolhidas durante a festa de L'Humanité, órgão central do PCF. VOZ OPERÁRIA, coarente com sua tarefa internacionalista esteve presente não só a esta como também em todas as outras festas de jornais de partidos irmãos, com especial destaque para L'Unità, do Partido Comunista Italiano. Avante, do Partido Comunista Português, além das que se realizarem na Bélgica, Áustria e Dinamarca.

DOIS IMPERIALISMOS? TEORIA REACIONÁRIA (Fidel)

ECONOMIA

Crise no comércio exterior, nova marca do «milagre»

A situação da economia brasileira se caracteriza nos dias atuais por uma realidade que desmente tudo o que era prometido pelos arquitetos do «milagre». O balanço do quadro econômico, que já no ano passado apresentava pontos de estrangulamento visíveis, tende a se agravar seriamente.

Sem pretender analisar aqui as causas mais remotas que conduziram ao esgotamento do modelo posto em prática pela ditadura, basta constatar que a taxa de crescimento global da economia brasileira, que tinha se mantido em torno dos 10% no período 1968/1974, caiu bruscamente para 4% em 1975, sem apresentar até agora qualquer sinal de recuperação visível.

Ao custo social extremamente elevado que implicou a adoção de tal modelo veio acrescentar-se a recessão da atividade econômica, com repercussões mais que evidentes sobre a mão-de-obra. Não eram suficientes, para levar a miséria ao povo brasileiro, as consequências da política econômica do regime: a brutal concentração de renda, a super-exploração da classe operária, as desigualdades regionais, o aumento constante dos preços dos produtos básicos de consumo das massas trabalhadoras. Foi necessário chegar à recessão, com o aumento da taxa de inflação e desemprego. A inflação, que em 1975 tinha atingido 32%, segundo as estimativas oficiais, deverá chegar aos 60% este ano. As medidas clássicas tomadas pelo governo, o aumento da taxa de desconto e a diminuição do crédito bancário, não podem ter outro efeito senão o de agravar a crise e o desemprego.

COMERCIO EXTERIOR

A situação do balanço de pagamentos e da dívida externa mostram, de maneira clara, a que ponto se deteriorou o comércio exterior brasileiro. Depois de dois anos de déficits sucessivos na balança comercial, que atingiram o montante che 4.800 milhões de dólares em 1974, e de 3.800 milhões em 1975, o governo não sabe onde buscar o dinheiro de que necessita para equilibrar as contas externas. Durante o período anterior, em que as taxas de crescimento eram mais elevadas, foi possível compensar o déficit pelo ingresso de capi-

Na base da crise política que se impõe à ditadura fascista nos dias atuais está um sério desarranjo no seu projeto econômico. Mas outro não poderia ser o resultado. É absurdo imaginar que o crescimento econômico em benefício dos lucros astronômicos dos monopólios seja o mesmo que desenvolvimento nacional.

tais estrangeiros. Financiar as importações, cobrindo o déficit da balança com empréstimos obtidos nos centros financeiros internacionais, tornou-se um expediente de emprego corrente na economia brasileira.

Isto deriva, em grande parte, da política de desenvolvimento industrial adotada, dependente em grande parte da tecnologia estrangeira, o que se traduz pela necessidade sempre crescente de importar bens de equipamento do exterior que, em muitos casos, poderiam ser produzidos internamente. No decorrer desse período, muito pouco, ou quase nada, foi feito para desenvolver uma tecnologia nacional que teria poupado ao País, ao menos em parte, um grande dispêndio de divisas.

CULPA DO PETROLEO

A alta dos preços do petróleo, somada à recessão que se abateu sobre o mundo capitalista, não são, portanto, responsáveis pela crise do comércio exterior brasileiro. O item de importação de equipamentos (4 bilhões de dólares em 1975), teve um peso sem maior do que o do petróleo no mesmo período (3 bilhões de dólares). O que ocorreu foi que o aumento dos preços do combustível, aumentando o déficit já constante da balança comercial, criou a necessidade de recorrer mais e mais aos mercados financeiros mundiais, num momento de crise internacional, e de consequente aumento de demanda e de diminuição de oferta de dinheiro.

Logicamente, dada uma tal situação, o dinheiro tornou-se mais caro, e os prazos para resgate de dívidas mais curtos. Em tal conjuntura, torna-se evidentemente impossível continuar a financiar o déficit por meio de empréstimos. Uma vez que o pagamento do serviço da dívida agrava ainda mais a situação do balanço de pagamentos. As medidas tomadas pelo Ministério da Fazenda — depósito compulsório de 100% sobre o valor das mercadorias importadas, durante doze meses, sem juros — não apresentam outro resultado senão a diminuição da atividade industrial, o que agrava a recessão.

Os resultados de 1976 serão bastante preocupantes. Durante os quatro primeiros meses do ano, o Brasil importou cerca de

1.300 milhões de dólares de petróleo, o que representará um aumento de 30% em relação a 1975. A produção nacional de petróleo diminuiu de 2%, ao mesmo tempo em que o consumo aumentou de cerca de 10%. Enquanto isto ocorre, o desenvolvimento da prospeção petrolífera vital para o País neste momento, se encontra parcialmente paralisado, devido às medidas governamentais tomadas no sentido de diminuir a importação de equipamentos.

O déficit comercial de 1 bilhão de dólares — previsto pelos tecnocratas do regime para 1976 — foi alcançado nos primeiros quatro meses do ano. O déficit do balanço de serviços, que engloba o pagamento dos juros da dívida externa, está calculado em 3,5 bilhões de dólares. Assim, é pouco provável que o ano comercial termine com um déficit global inferior a 6 bilhões de dólares. Como financiá-lo?

A capacidade de endividamento exterior chegou a um ponto crítico, sobretudo se levarmos em conta que as exportações brasileiras não apresentam o mesmo dinamismo que as caracterizou no período 1968/1974. O País exportou cerca de 2.600 milhões de dólares durante os quatro primeiros meses de 1975. Ou seja, 6% a menos do que o total de 1975 no mesmo período.

É evidente que, numa situação de baixa das exportações e de dificuldades crescentes para manter os compromissos internacionais, torna-se cada vez mais difícil manter a atividade econômica a níveis satisfatórios.

A situação da dívida externa é, em si mesma, alarmante. O endividamento global se situa em torno dos 27 bilhões de dólares, o que corresponde a mais de 1/4 do PNB. A amortização, somada aos juros, representou quase 3 bilhões de dólares em 1975. Se o montante da dívida continuar aumentando, como tudo indica, o País se aproximará perigosamente de uma situação de bancarrota potencial. Principalmente, se for levado em conta que as reservas cambiais são, em grande parte, constituídas de empréstimos. Chegá-se, assim, à situação de fazer mais dívidas para pagar as dívidas.

Sem alternativa num plano político, o regime parece ter perdido também a iniciativa no plano econômico. Mas, por outro lado, as orientações globais não podem ser modificadas de maneira essencial, tendo em vista a composição das forças sociais em que o regime se sustenta, os interesses que representa e protege.

A solução do problema econômico brasileiro não pode, conseqüentemente, passar por uma via distinta da que se apresenta no quadro político. É somente a queda deste regime que pode permitir um aproveitamento global de nossas possibilidades, em benefício da grande maioria do povo brasileiro.